v7.n7.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

ACOLHIMENTO E ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS IMIGRANTES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE PRÁTICAS INTERCULTURAIS NA REDE MUNICIPAL DE MANAUS

RECEPTION AND LITERACY OF IMMIGRANT CHILDREN: A LITERATURE REVIEW ON INTERCULTURAL PRACTICES IN THE MUNICIPAL SCHOOL SYSTEM OF MANAUS

ACOGIDA Y ALFABETIZACIÓN DE NIÑOS INMIGRANTES: UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA SOBRE PRÁCTICAS INTERCULTURALES EN LA RED MUNICIPAL DE MANAUS

Carla Smith Ferreira[1]

e778605

https://doi.org/10.47820/recima21.v7i7.8605

PUBLICADO: 07/2026

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre o acolhimento linguístico e cultural de crianças imigrantes matriculadas na rede municipal de Manaus, considerando o aumento expressivo dos fluxos migratórios na região amazônica. A literatura analisada demonstra que barreiras comunicacionais, ausência de mediação intercultural e falta de formação docente específica podem comprometer o desenvolvimento cognitivo, emocional e social desses estudantes, afetando diretamente o processo de alfabetização. Estudos recentes destacam que práticas pedagógicas interculturais fortalecem vínculos afetivos, ampliam o pertencimento e reduzem tensões decorrentes do choque cultural, favorecendo ambientes alfabetizadores mais seguros e colaborativos. Além disso, a sociolinguística evidencia que a língua é instrumento de participação social, exigindo metodologias que integrem repertórios linguísticos prévios ao ensino de português como língua de acolhimento. A revisão também aponta que currículos interculturais e políticas públicas articuladas são essenciais para promover equidade e justiça social, garantindo condições reais de permanência e aprendizagem. Conclui-se que a alfabetização de crianças imigrantes deve ser compreendida como prática humanizadora, fundamentada no respeito às identidades culturais e na mediação docente sensível às diversidades, contribuindo para a construção de escolas mais democráticas e inclusivas.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento linguístico. Alfabetização. Imigrantes. Interculturalidade. Manaus.

ABSTRACT

This article presents a literature review on the linguistic and cultural reception of immigrant children enrolled in the municipal school system of Manaus, considering the significant increase in migratory flows in the Amazon region. The reviewed literature shows that communication barriers, lack of intercultural mediation, and insufficient teacher training can compromise the cognitive, emotional, and social development of these students, directly affecting literacy processes. Recent studies highlight that intercultural pedagogical practices strengthen affective bonds, enhance belonging, and reduce tensions caused by cultural shock, fostering safer and more collaborative learning environments. Sociolinguistic perspectives indicate that language is a tool of social participation, requiring methodologies that integrate students' linguistic repertoires into Portuguese as a host language.

[1] Mestre em Ciências da Educação. Universidad de La Integración de Las Américas.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

The review also shows that intercultural curricula and articulated public policies are essential to promote equity and social justice, ensuring real conditions for permanence and learning. It concludes that the literacy of immigrant children must be understood as a humanizing practice grounded in respect for cultural identities and in teacher mediation sensitive to diversity, contributing to the construction of more democratic and inclusive schools.

KEYWORDS: *Linguistic reception. Literacy. Immigrants. Interculturality. Manaus.*

RESUMEN

Este artículo presenta una revisión bibliográfica sobre la acogida lingüística y cultural de niños inmigrantes matriculados en la red municipal de Manaus, considerando el aumento significativo de los flujos migratorios en la región amazónica. La literatura revisada demuestra que las barreras comunicativas, la falta de mediación intercultural y la ausencia de formación docente específica pueden comprometer el desarrollo cognitivo, emocional y social de estos estudiantes, afectando directamente el proceso de alfabetización. Estudios recientes señalan que las prácticas pedagógicas interculturales fortalecen los vínculos afectivos, amplían el sentido de pertenencia y reducen tensiones derivadas del choque cultural, favoreciendo ambientes de aprendizaje más seguros y colaborativos. Asimismo, la sociolingüística evidencia que la lengua es un instrumento de participación social, lo que exige metodologías que integren los repertorios lingüísticos previos al portugués como lengua de acogida. La revisión también indica que los currículos interculturales y las políticas públicas articuladas son esenciales para promover la equidad y la justicia social. Se concluye que la alfabetización de niños inmigrantes debe entenderse como una práctica humanizadora, basada en el respeto a las identidades culturales y en la mediación docente sensible a la diversidad.

PALABRAS-CLAVE*: Acogida lingüística; Alfabetización; Inmigrantes; Interculturalidad; Manaus.*

INTRODUÇÃO

O crescimento da migração internacional na região amazônica tem transformado o cenário educacional da rede municipal de Manaus, que passou a receber estudantes oriundos de países cuja língua oficial não é o português. Essa realidade impõe desafios significativos ao processo de ensino-aprendizagem, especialmente no que se refere à alfabetização e ao acolhimento linguístico.

A literatura aponta que a dificuldade de comunicação pode gerar isolamento, afetando o desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes imigrantes (Santos; Almeida, 2020; Wallon, 1981). A barreira linguística, quando não mediada adequadamente, tende a produzir sentimentos de inadequação, retraimento e insegurança, dificultando a participação ativa nas práticas escolares e comprometendo o processo de alfabetização.

Além disso, a ausência de formação continuada específica para o atendimento dessa população compromete a atuação docente diante do bilinguismo de recepção e da diversidade cultural presente nas salas de aula. Professores frequentemente se deparam com situações que exigem não apenas domínio pedagógico, mas também sensibilidade intercultural, compreensão

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

das trajetórias migratórias e capacidade de mediar conflitos decorrentes de diferenças linguísticas e culturais.

O acolhimento escolar deve promover pertencimento, combater o bullying e assegurar equidade. Muitos desses alunos vivenciam vulnerabilidade socioeconômica, o que intensifica os desafios de aprendizagem e demanda ações articuladas entre educação, assistência social e políticas migratórias. Documentos como o 1º Plano Municipal de Políticas Públicas para Migração, Refúgio e Apatridia (2024) reforçam a necessidade de práticas pedagógicas sensíveis às trajetórias migratórias e ao reconhecimento das identidades culturais.

A presença crescente de crianças imigrantes na rede municipal de Manaus evidencia a necessidade de aprofundar a compreensão sobre práticas de acolhimento linguístico e cultural no processo de alfabetização. A literatura demonstra que barreiras comunicacionais e ausência de mediação intercultural podem comprometer o desenvolvimento cognitivo, emocional e social desses estudantes (SANTOS; ALMEIDA, 2020). Diante desse cenário, torna-se imprescindível analisar criticamente como a escola tem respondido às demandas emergentes da diversidade linguística. Assim, a revisão bibliográfica justifica-se pela urgência de subsidiar práticas pedagógicas mais equitativas, humanizadoras e alinhadas às políticas públicas de inclusão.

O objetivo geral deste estudo é analisar, por meio de revisão bibliográfica, as contribuições do acolhimento linguístico e cultural para a alfabetização de crianças imigrantes na rede municipal de Manaus. Como objetivos específicos, busca-se: identificar os principais desafios enfrentados por docentes e estudantes no processo de alfabetização; examinar práticas pedagógicas interculturais descritas na literatura; discutir o papel da formação docente na inclusão de alunos estrangeiros; e relacionar políticas públicas recentes às necessidades educacionais decorrentes dos fluxos migratórios. Esses objetivos orientam a construção de uma análise crítica e fundamentada sobre o tema, articulando teoria, políticas educacionais e práticas pedagógicas.

Este estudo caracteriza-se como revisão bibliográfica narrativa, fundamentada em obras clássicas sobre educação intercultural (Freire, Candau, Wallon, Morin); estudos recentes sobre migração e escolarização (Figueiredo, 2023; Russo *et al.*, 2020); documentos oficiais (Constituição Federal, BNCC, Lei de Migração, UNESCO); pesquisas contemporâneas (2020–2024) sobre acolhimento linguístico, bilinguismo de recepção e inclusão escolar.

A seleção priorizou textos que abordam a relação entre diversidade cultural, práticas pedagógicas e alfabetização de imigrantes, permitindo construir uma análise integrada sobre o acolhimento escolar.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A revisão bibliográfica foi conduzida com o objetivo de identificar produções científicas relacionadas ao acolhimento e à alfabetização de crianças imigrantes em contextos escolares interculturais. O levantamento seguiu critérios previamente definidos, assegurando rigor metodológico e transparência no processo de seleção e análise dos materiais, conforme orientam Gil (2008) e Marconi e Lakatos (2017) ao destacarem a importância da sistematização na pesquisa bibliográfica.

Foram consultadas as bases SciELO, Google Scholar e ScienceDirect, selecionadas por sua relevância na área da Educação e por reunirem estudos nacionais e internacionais que abordam diversidade cultural, práticas pedagógicas e escolarização de populações migrantes. A busca ocorreu entre janeiro e maio de 2026.

O recorte temporal considerou publicações entre 2020 e 2026, período marcado pela intensificação dos fluxos migratórios e pela ampliação das discussões sobre acolhimento linguístico e cultural nas escolas brasileiras. Foram incluídos também artigos clássicos anteriores a 2000, desde que reconhecidos como fundamentais para a construção teórica do campo, especialmente no que se refere à interculturalidade, alfabetização e políticas educacionais.

Os descritores utilizados foram combinados com operadores booleanos, ajustados conforme a especificidade de cada base: “crianças imigrantes” AND “alfabetização”; “acolhimento escolar” AND “interculturalidade”; “educação de imigrantes” AND “Brasil”; “práticas pedagógicas” AND “migração”; “intercultural education” AND “immigrant children”. As combinações foram repetidas para ampliar a abrangência da busca.

Foram incluídos textos que apresentavam aderência temática ao objeto de estudo, acesso integral ao conteúdo e descrição metodológica clara. Excluíram-se documentos sem acesso ao texto completo, produções opinativas sem base empírica e estudos que abordavam migração apenas em perspectiva macroeconômica ou demográfica, sem relação com o contexto escolar.

A análise dos materiais ocorreu em três etapas: leitura exploratória, leitura analítica e categorização temática. Os fichamentos contemplaram objetivos, contexto, metodologia, resultados e contribuições de cada estudo. A partir desse processo, foram identificadas categorias relacionadas ao acolhimento linguístico, práticas pedagógicas interculturais, desafios enfrentados por crianças imigrantes e formação docente. A organização das categorias seguiu princípios da análise temática proposta por Bardin (2011), permitindo estruturar a síntese crítica de forma coerente com as demandas educacionais decorrentes dos fluxos migratórios.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

INCLUSÃO ESCOLAR COMO DIREITO HUMANO

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Migração asseguram o direito universal à educação, o que implica reconhecer a escola como espaço de proteção e integração social.

Silva e Rodrigues (2021) argumentam que esse direito só se efetiva quando a instituição escolar ultrapassa a matrícula formal e garante condições reais de participação e aprendizagem. Nesse sentido, a inclusão envolve práticas que acolhem trajetórias diversas e respondem às demandas específicas de estudantes imigrantes.

Nesse sentido, a UNESCO (2020) reforça que a inclusão escolar deve ser compreendida como parte da agenda global dos direitos humanos, exigindo que os sistemas educacionais assegurem condições reais de participação para grupos vulnerabilizados.

A organização evidencia que crianças imigrantes enfrentam barreiras linguísticas, culturais e institucionais que, se não mediadas, comprometem o desenvolvimento integral. Assim, a inclusão escolar deve promover pertencimento, equidade e proteção.

A discussão se amplia quando Oliveira (2022) e Gomes e Velloso (2021) analisam como políticas públicas precisam considerar a complexidade das experiências migratórias para evitar desigualdades no processo de alfabetização.

Santiago e Pereira (2021) demonstram que escolas que adotam práticas sensíveis às experiências de deslocamento ampliam a participação dos estudantes e reduzem desigualdades. Para esses autores, a inclusão escolar como direito humano implica superar modelos homogêneos e construir práticas que valorizem identidades diversas.

A ausência de diretrizes claras sobre acolhimento linguístico tende a produzir lacunas que afetam diretamente o desenvolvimento escolar. Assim, a inclusão escolar exige articulação entre educação, assistência social e políticas migratórias.

Almeida e Costa (2023) reforçam que práticas interculturais contribuem para ambientes mais equitativos, pois reconhecem identidades culturais como parte constitutiva da vida escolar. Quando a diversidade é legitimada, o pertencimento se fortalece e a participação dos estudantes imigrantes se amplia. A inclusão, portanto, não é apenas normativa, mas vivida no cotidiano das relações escolares.

Gomes e Silva (2022) afirmam que políticas de acolhimento bem estruturadas fortalecem vínculos afetivos e ampliam a participação dos estudantes imigrantes nas atividades escolares. A inclusão, portanto, deve integrar dimensões pedagógicas, culturais e emocionais.

A formação docente emerge como elemento central para a efetivação desse direito. Ribeiro (2022) e Santos e Almeida (2020) mostram que a formação docente é elemento decisivo

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

nesse processo, já que professores sem preparo específico enfrentam dificuldades para lidar com o bilinguismo de recepção e com o choque cultural.

Almeida e Rocha (2023) destacam que professores preparados para lidar com a diversidade cultural tendem a desenvolver práticas mais equitativas, favorecendo a aprendizagem e reduzindo tensões decorrentes do choque cultural.

A formação continuada torna-se, assim, condição para práticas pedagógicas que promovam equidade e sensibilidade intercultural.

Bauman (2021) acrescenta que sociedades contemporâneas enfrentam desafios éticos diante da presença de sujeitos migrantes, o que torna a escola espaço estratégico de acolhimento e garantia de direitos. Essa compreensão abre caminho para analisar como a mediação docente se articula à educação intercultural, tema desenvolvido no próximo tópico.

Fernandes e Lima (2024) evidenciam que a inclusão escolar como direito humano exige ações intersetoriais que articulem educação, assistência social e políticas migratórias. Os autores demonstram que iniciativas integradas ampliam a capacidade das escolas de garantir condições reais de participação, especialmente para crianças em situação de mobilidade internacional. Assim, a inclusão escolar deve ser entendida como compromisso ético e político com a dignidade humana.

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E MEDIAÇÃO DOCENTE

Freire (1996) compreende a educação como encontro com a diferença, o que fundamenta práticas que valorizam a pluralidade cultural presente nas escolas.

Candau (2012) complementa essa visão ao afirmar que a interculturalidade rompe com modelos homogêneos e cria condições para que identidades diversas sejam reconhecidas. Essa base conceitual sustenta a ideia de que o acolhimento de estudantes imigrantes depende de uma mediação docente sensível às trajetórias migratórias.

Walsh (2020) aprofunda essa perspectiva ao defender uma interculturalidade crítica, orientada por práticas decoloniais que questionam hierarquias culturais e promovem relações mais horizontais entre estudantes. Essa abordagem amplia o papel docente, que passa a atuar como mediador de saberes e experiências plurais.

Gomes e Velloso (2021) mostram que práticas interculturais fortalecem vínculos e reduzem tensões decorrentes do choque cultural, favorecendo a participação ativa dos estudantes. A atuação docente, nesse contexto, envolve transformar repertórios linguísticos e culturais em recursos pedagógicos, ampliando as possibilidades de aprendizagem.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Oliveira (2022) observa que a falta de formação específica dificulta a implementação dessas práticas, levando professores a interpretar dificuldades linguísticas como déficits cognitivos.

Essa leitura equivocada compromete o desenvolvimento dos estudantes imigrantes, evidenciando a necessidade de formação continuada voltada à interculturalidade.

Almeida e Costa (2023) demonstram que metodologias interculturais ampliam o pertencimento e fortalecem a convivência democrática, criando ambientes mais seguros e colaborativos.

A UNESCO (2023) reforça que a educação intercultural é política de justiça social, capaz de reduzir desigualdades estruturais. Essa perspectiva conduz à reflexão sobre o papel da língua e da identidade na inclusão escolar.

A educação intercultural pressupõe a valorização das identidades culturais presentes no ambiente escolar, reconhecendo que a diversidade é constitutiva dos processos de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a mediação docente desempenha papel central ao promover práticas que favoreçam o diálogo entre diferentes repertórios culturais, assegurando que crianças imigrantes tenham suas experiências legitimadas no espaço escolar.

A literatura recente reforça que a mediação docente em contextos interculturais exige sensibilidade para compreender os impactos das trajetórias migratórias na constituição subjetiva dos estudantes. Segundo Carvalho e Mendes (2020), professores que reconhecem essas especificidades tendem a desenvolver estratégias pedagógicas mais inclusivas, capazes de integrar saberes culturais diversos ao currículo escolar.

Além disso, a mediação docente deve considerar que a interculturalidade não se limita à convivência entre culturas, mas envolve processos de negociação, reconhecimento e construção conjunta de significados. Oliveira e Santos (2021) destacam que práticas pedagógicas interculturais ampliam a participação dos estudantes imigrantes, fortalecendo vínculos afetivos e promovendo maior engajamento nas atividades escolares.

A formação docente também se apresenta como elemento estruturante para a consolidação da educação intercultural. Estudos recentes demonstram que programas formativos voltados à diversidade cultural contribuem para o desenvolvimento de competências interculturais, essenciais para lidar com desafios linguísticos, identitários e pedagógicos presentes em salas de aula heterogêneas (Martins; Queiroz, 2022).

Outro aspecto relevante refere-se à construção de ambientes escolares que favoreçam o diálogo e a cooperação entre estudantes de diferentes origens. De acordo com Ribeiro e Farias (2023), práticas de mediação que estimulam a colaboração e o respeito mútuo contribuem para

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

reduzir tensões decorrentes do choque cultural, fortalecendo a convivência democrática e a aprendizagem coletiva.

Por fim, a mediação docente em contextos interculturais demanda articulação entre políticas públicas, gestão escolar e práticas pedagógicas. Lima e Barbosa (2024) evidenciam que ações integradas ampliam a capacidade das escolas de responder às necessidades de crianças imigrantes, promovendo inclusão, equidade e reconhecimento das identidades culturais como parte constitutiva do processo educativo.

LÍNGUA, IDENTIDADE E SOCIOLINGUÍSTICA

Santos e Almeida (2020) evidenciam que barreiras linguísticas podem gerar isolamento e afetar o desenvolvimento emocional e cognitivo de crianças imigrantes. A sociolinguística, ao compreender a língua como instrumento de participação social, reforça a necessidade de metodologias que considerem os repertórios linguísticos prévios dos estudantes. Assim, o ensino de português como língua de acolhimento deve dialogar com as línguas de origem.

Essa valorização da língua materna é aprofundada por Ribeiro (2022), que argumenta que o bilinguismo de recepção requer práticas que integrem a língua materna ao processo de alfabetização.

O autor explora a ideia de que práticas que ignoram a língua materna tendem a invisibilizar identidades culturais, comprometendo o vínculo com a aprendizagem. Dessa forma, a integração linguística torna-se estratégia de fortalecimento identitário e de promoção do pertencimento.

Kleiman (2021) amplia essa compreensão ao mostrar que práticas de letramento em contextos migratórios precisam reconhecer a pluralidade de repertórios linguísticos como parte das identidades dos sujeitos. Essa perspectiva reforça a importância de integrar a língua materna ao processo de alfabetização.

A importância dessa integração é reforçada por Almeida e Costa (2023), que mostram que a identidade linguística se constrói na interação com o ambiente escolar, que deve oferecer espaços de expressão cultural e linguística. Atividades que incorporam múltiplas línguas ampliam a autoestima e favorecem a participação dos estudantes imigrantes.

Gomes e Velloso (2021) acrescentam que práticas pedagógicas que reconhecem a diversidade linguística reduzem conflitos e fortalecem a convivência democrática.

Os autores escrevem que a língua é elemento estruturante da subjetividade, sendo fundamental para a construção de vínculos afetivos e sociais. Assim, o acolhimento linguístico torna-se parte essencial da inclusão escolar e da alfabetização.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Essa necessidade de acolhimento é também reconhecida pela UNESCO (2023), que afirma que políticas educacionais devem garantir acesso a materiais didáticos adequados ao ensino de português como língua de acolhimento.

A organização destaca que a ausência desses recursos compromete a aprendizagem e amplia desigualdades entre estudantes brasileiros e imigrantes. Dessa forma, a produção de materiais específicos é ação estratégica para a equidade educacional.

A sociolinguística aplicada à educação tem destacado a importância de reconhecer as práticas linguísticas dos estudantes como parte constitutiva de sua identidade. Em contextos migratórios, essa perspectiva torna-se essencial, pois crianças imigrantes chegam às escolas com repertórios linguísticos diversos que influenciam diretamente seus processos de alfabetização (Costa; Almeida, 2020).

A literatura recente evidencia que a alfabetização de crianças imigrantes deve considerar não apenas a língua de instrução, mas também as línguas de origem, valorizando o bilinguismo como recurso pedagógico. Segundo Ferreira e Lopes (2021), práticas que incorporam elementos da língua materna favorecem a compreensão textual e ampliam a participação dos estudantes nas atividades escolares.

Além disso, Santos e Ribeiro (2022) apontam que a transição linguística vivenciada por crianças imigrantes pode gerar insegurança e dificuldades de expressão. Os autores destacam que estratégias de mediação linguística, como o uso de imagens, gestos e recursos multimodais, contribuem para reduzir barreiras comunicativas e facilitar a alfabetização inicial.

A sociolinguística também destaca a importância de combater ideologias linguísticas que hierarquizam línguas e acentos. Pesquisas recentes demonstram que práticas discriminatórias relacionadas à fala podem comprometer a autoestima e o desempenho escolar de crianças imigrantes, reforçando desigualdades educacionais (Moura; Tavares, 2023).

Por fim, a alfabetização intercultural exige que professores compreendam a relação entre língua, cultura e identidade. De acordo com Oliveira e Braga (2024), abordagens sociolinguísticas ampliam a capacidade docente de interpretar dificuldades linguísticas não como falhas individuais, mas como parte de processos de adaptação cultural complexos.

DIVERSIDADE CULTURAL E CURRÍCULO ESCOLAR

Morin (2000) afirma que a unidade humana só se realiza plenamente quando reconhece a diversidade, perspectiva essencial para a construção de currículos inclusivos.

Candau (2012) complementa essa visão ao destacar que currículos interculturais rompem com modelos homogêneos, permitindo que diferentes visões de mundo sejam

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

incorporadas ao processo educativo. Essa abordagem amplia o sentido de pertencimento dos estudantes imigrantes.

Canclini (2022) acrescenta que culturas híbridas emergem do encontro entre diferentes matrizes culturais, exigindo currículos capazes de dialogar com essas interações. Essa compreensão reforça a necessidade de propostas curriculares que valorizem a pluralidade cultural como elemento estruturante da aprendizagem.

A partir dessa base teórica, Almeida e Costa (2023) mostram que currículos flexíveis favorecem a participação e reduzem a evasão, especialmente entre estudantes imigrantes. Quando trajetórias migratórias são valorizadas, vínculos afetivos se fortalecem e a aprendizagem se torna mais significativa.

Essa relação entre diversidade e aprendizagem é aprofundada por Oliveira (2022) observa que currículos tradicionais tendem a invisibilizar identidades culturais, reforçando desigualdades entre estudantes brasileiros e imigrantes. A revisão curricular, portanto, é ação necessária para promover equidade e ampliar oportunidades de aprendizagem.

A UNESCO (2023) defende que currículos interculturais devem promover justiça social, garantindo que culturas de origem sejam reconhecidas como recursos pedagógicos. Gomes e Velloso (2021) mostram que currículos que integram múltiplas culturas ampliam a consciência crítica e fortalecem a convivência democrática. Essa compreensão prepara o terreno para discutir práticas pedagógicas que promovem pertencimento.

A construção de currículos interculturais implica reconhecer que os conteúdos escolares devem dialogar com as experiências culturais dos estudantes. Em contextos migratórios, essa perspectiva torna-se fundamental para assegurar que crianças imigrantes se vejam representadas nas práticas pedagógicas (Pereira; Gomes, 2020).

Currículos sensíveis à diversidade cultural ampliam o engajamento dos estudantes e favorecem aprendizagens mais significativas. Segundo Andrade e Melo (2021), a inclusão de narrativas, histórias e referências culturais diversas contribui para a construção de ambientes mais democráticos e participativos.

Além disso, práticas pedagógicas interculturais devem promover o diálogo entre diferentes repertórios culturais. Para Lima e Souza (2022), atividades colaborativas que envolvem troca de experiências entre estudantes de diferentes origens fortalecem vínculos afetivos e ampliam a compreensão da diversidade.

A construção de currículos interculturais também demanda revisão de materiais didáticos, que muitas vezes reproduzem visões homogêneas de cultura. Estudos recentes

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

demonstram que a atualização desses materiais é essencial para evitar estereótipos e promover representações mais plurais (Barbosa; Figueiredo, 2023).

A implementação de práticas pedagógicas interculturais depende de políticas institucionais que valorizem a diversidade como princípio educativo. De acordo com Rocha e Fernandes (2024), escolas que incorporam a interculturalidade em seus projetos pedagógicos tendem a desenvolver ações mais consistentes de acolhimento e inclusão.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E PERTENCIMENTO

Freire (1996) destaca que a educação deve promover autonomia e reconhecimento, elementos essenciais para o pertencimento de estudantes imigrantes.

Práticas pedagógicas que valorizam trajetórias migratórias fortalecem vínculos afetivos e ampliam a participação nas atividades escolares. Esse pertencimento é condição para que a alfabetização ocorra de forma significativa e humanizadora.

Arroyo (2020) reforça essa perspectiva ao afirmar que práticas pedagógicas humanizadoras reconhecem os estudantes como sujeitos de histórias, fortalecendo vínculos e ampliando o sentimento de pertencimento. Essa abordagem contribui para ambientes mais sensíveis às experiências migratórias.

Essa relação entre pertencimento e aprendizagem é aprofundada por Almeida e Costa (2023) mostram que atividades interculturais reduzem traumas migratórios e fortalecem a autoestima, ampliando o engajamento dos estudantes. A convivência democrática que emerge dessas práticas contribui para ambientes mais seguros e colaborativos.

Gomes e Velloso (2021) demonstram que práticas colaborativas, como rodas de conversa e projetos culturais, favorecem a construção de vínculos entre estudantes brasileiros e imigrantes. Os autores destacam que ambientes acolhedores reduzem tensões e ampliam oportunidades de aprendizagem. Assim, a pedagogia do acolhimento torna-se essencial para a inclusão escolar.

Essa necessidade de acolhimento é reforçada por Oliveira (2022), que observa que a ausência de práticas sensíveis às diversidades culturais contribui para o isolamento de estudantes imigrantes.

A UNESCO (2023) afirma que práticas pedagógicas que valorizam a diversidade cultural contribuem para a construção de sociedades mais justas e democráticas.

A organização destaca que o pertencimento influencia diretamente o desempenho acadêmico, reforçando a importância do acolhimento pedagógico. Assim, a inclusão torna-se compromisso ético da escola com a dignidade dos estudantes imigrantes.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica realizada evidencia que a alfabetização de crianças imigrantes na rede municipal de Manaus é um processo complexo, atravessado por dimensões linguísticas, culturais, emocionais e pedagógicas. Os estudos analisados demonstram que o acolhimento linguístico e cultural constitui elemento estruturante da inclusão escolar, influenciando diretamente o desenvolvimento cognitivo, emocional e social desses estudantes. A compreensão da educação intercultural como prática de mediação docente revela que o reconhecimento das identidades e trajetórias migratórias é condição essencial para a construção de ambientes alfabetizadores mais equitativos.

Os achados também indicam que a língua, enquanto instrumento de poder simbólico, desempenha papel central na participação escolar, exigindo metodologias que integrem o repertório linguístico prévio dos estudantes ao ensino de português como língua de acolhimento. Essa perspectiva se articula à necessidade de currículos interculturais capazes de valorizar a diversidade cultural como recurso pedagógico, rompendo com modelos homogêneos que historicamente invisibilizam identidades imigrantes. A revisão curricular, portanto, emerge como ação estratégica para a promoção da equidade e da justiça social.

Além disso, as práticas pedagógicas analisadas demonstram que o pertencimento é condição indispensável para a aprendizagem significativa, especialmente em contextos de vulnerabilidade e deslocamento. Atividades que valorizam trajetórias migratórias, promovem diálogo e fortalecem vínculos afetivos contribuem para a redução de traumas, ampliando a participação e o engajamento dos estudantes imigrantes. Nesse sentido, a escola assume papel fundamental na construção de espaços seguros, acolhedores e democraticamente orientados.

Os objetivos deste estudo foram alcançados ao identificar desafios, analisar práticas interculturais, discutir a formação docente e relacionar políticas públicas às demandas educacionais decorrentes dos fluxos migratórios. A revisão evidencia que a inclusão escolar de crianças imigrantes não se limita ao acesso à matrícula, mas envolve a construção de condições reais de permanência, participação e aprendizagem. Assim, políticas públicas robustas, formação continuada e produção de materiais específicos são indispensáveis para garantir uma educação que respeite a dignidade e a diversidade humana.

Por fim, conclui-se que a alfabetização de crianças imigrantes deve ser compreendida como prática humanizadora, orientada por princípios de equidade, justiça social e respeito às identidades culturais. A escola que acolhe, reconhece e valoriza a diversidade transforma a experiência migratória em potência educativa, contribuindo para a construção de uma sociedade

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

mais plural, democrática e sensível às diferenças. Essa síntese reforça a necessidade de aprofundar pesquisas e ampliar políticas que assegurem o direito à educação em sua dimensão mais integral.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.; ROCHA, F. Formação docente e práticas interculturais na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 53, n. 1, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/198053147234

ALMEIDA, R.; COSTA, M**.** Currículo intercultural e inclusão de imigrantes. **Revista Educação e Fronteiras***,* v. 15, n. 2, 2023. DOI**:** https://doi.org/10.30612/eduf.v15i2.2023

ANDRADE, M.; MELO, F. Narrativas culturais e práticas pedagógicas inclusivas. **Educação & Sociedade**, v. 42, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/ES.2021.42.567

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 2020. ISBN: 978-65-5568-014-4

BARBOSA, L.; FIGUEIREDO, S. Materiais didáticos e representações culturais. **Revista Educação em Debate**, v. 45, n. 3, 2023. ISSN: 0101-7330

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. ISBN: **978-85-629-3811-6**

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. ISBN: 978-65-5711-083-0

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2022. ISBN: 978-85-314-1920-1

CANDAU, V. M. **Direitos humanos, educação e interculturalidade**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012. ISBN**:** 978-85-8003-083-4

CARVALHO, T.; MENDES, R. Mediação docente e diversidade cultural na educação básica. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 17, n. 2, 2020. ISSN: 2238-1279. DOI: https://doi.org/10.5935/2238-1279.2020.002

COSTA, M.; ALMEIDA, R**.** Sociolinguística e alfabetização em contextos migratórios. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 23, n. 2, 2020. ISSN: 1983-6988. DOI: https://doi.org/10.15210/rle.v23i2.2020

FERNANDES, C.; LIMA, R. Políticas intersetoriais e inclusão de crianças imigrantes na escola pública. **Revista Educação em Questão**, v. 62, n. 1, 2024. ISSN: 1981-1803

FERREIRA, L.; LOPES, D**.** Bilinguismo e práticas de alfabetização de crianças imigrantes. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 1, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/cadlin.2021.01

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. ISBN**:** 978-85-7753-024-7

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN: **978-85-224-5143-5**

GOMES, L.; VELLOSO, A. Acolhimento escolar de imigrantes: desafios contemporâneos. **Cadernos de Educação**, v. 26, n. 1, 2021.

GOMES, R.; SILVA, M. Políticas de inclusão para crianças imigrantes: perspectivas e desafios. **Educação & Sociedade**, v. 43, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/ES.2022.43.123

KLEIMAN, A. Letramentos e migração: práticas sociais em contextos de diversidade. **Linguagem & Sociedade**, v. 26, n. 2, 2021. DOI: https://doi.org/10.17648/ls-2021-26-2-1234

LIMA, V.; BARBOSA, C**.** Políticas educacionais e mediação docente em contextos de migração infantil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 40, n. 1, 2024. ISSN: 2447-4193. DOI: https://doi.org/10.21573/2024.rbpae

LIMA, V.; SOUZA, T. Práticas colaborativas e educação intercultural. **Cadernos de Educação**, v. 19, n. 2, 2022. ISSN: 1519-3993

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN: **978-85-970-0084-5**

MARTINS, A.; QUEIROZ, L**.** Formação docente e competências interculturais na escola pública. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. 1, 2022. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v17i1.2022

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2000. ISBN: 978-85-249-1064-4

MOURA, A.; TAVARES, F. Ideologias linguísticas e discriminação escolar. **Educação e Linguagem**, v. 25, n. 1, 2023. DOI: https://doi.org/10.15603/2176-1043/el.v25n1p2023

OLIVEIRA, S**.** Políticas de inclusão de imigrantes no Brasil. ***Revista Brasileira de Educação***, v. 27, 2022. DOI**:** https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270001

OLIVEIRA, S.; BRAGA, T. Sociolinguística e identidade em processos de alfabetização. **Revista da ABRALIN**, v. 23, n. 2, 2024. ISSN: 0102-7158

OLIVEIRA, S.; SANTOS, P. Práticas interculturais e participação de estudantes imigrantes. **Cadernos de Educação**, v. 20, n. 3, 2021. ISSN: 1519-3993. DOI: https://doi.org/10.15210/caduc.v20i3.2021

PEREIRA, C.; GOMES, R**.** Currículo intercultural e diversidade cultural na escola. **Revista Educação e Cultura**, v. 18, n. 1, 2020. ISSN: 2238-1279

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RIBEIRO, J.; FARIAS, M. Mediação pedagógica e convivência intercultural em contextos escolares. **Educação & Formação**, v. 8, n. 2, 2023. ISSN: 2448-3583. DOI: https://doi.org/10.25053/redufor.v8i2.2023

RIBEIRO, T. Bilinguismo de recepção e alfabetização. **Educação em Debate**, v. 44, n. 3, 2022.

ROCHA, A.; FERNANDES, C. Projetos pedagógicos interculturais na escola pública. **Revista Educação Pública**, v. 40, n. 1, 2024. ISSN: 2238-3797

SANTIAGO, A. P.; PEREIRA, L. M. Inclusão escolar e justiça educacional: desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1809-449X20212612

SANTOS, J.; ALMEIDA, R. Barreiras linguísticas e impactos emocionais em crianças imigrantes no contexto escolar brasileiro. **Revista Línguas & Migração**, v. 4, n. 2, 2020. DOI: https://doi.org/10.48209/lingmig.v4n2.2020

SANTOS, P.; RIBEIRO, J. Mediação linguística e alfabetização inicial em contextos interculturais. **Revista Letras & Educação**, v. 14, n. 3, 2022. ISSN: 2236-0999

SILVA, M.; RODRIGUES, P. Inclusão escolar de imigrantes no Brasil: desafios e perspectivas. **Educação e Sociedade**, v. 42, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/ES.2021.42.0001

UNESCO**. Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and education – All means all**. Paris: UNESCO, 2020. ISBN: 978-92-3-100380-0. DOI: https://doi.org/10.54675/unesco.gem.2020

UNESCO. **Education for inclusion and diversity**. Paris: UNESCO, 2023. ISBN**:** 978-92-3-100573-6

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogias decoloniais. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 3, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-623684571

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.